



ENTRE HERANÇAS E ESCOLHAS: TRAJETÓRIA SOCIAL DA PROFESSORA EGLÊ MALHEIROS¹

Maristela da Rosa² - PPGE/UDESC

Norberto Dallabrida³ - PPGE/UDESC

Agência financiadora: CAPES⁴

Resumo: Este estudo intenta compreender a trajetória social de Eglê Malheiros, herdeira de uma origem social favorecida, educação de qualidade, estreita relação com livros e alto acúmulo de capital cultural. Ela atuou nos movimentos comunista e modernista, graduou-se em Direito e escolheu ser professora de História. A partir da abordagem micro-histórica, reduz-se a escala de análise e as lentes recaem sobre a fala da protagonista desta reflexão, através de entrevistas. A concepção de trajetória social é compreendida a partir dos indicadores: origem sócio-familiar, percursos escolares e carreira profissional, os quais de acordo com Bourdieu se revelam como uma série de posições ocupadas por um mesmo agente ao longo da vida. A partir de Lahire, propõe-se reconstituir, por meio de indícios, o perfil social de Eglê Malheiros, os lugares sociais ocupados e os capitais necessários para esta ocupação, ou seja, pensar sócio-historicamente um caso singular em sua ordem de complexidade e perceber o quanto e como a origem social e o acúmulo de capital cultural e social, condicionou, a trajetória social desta mulher de vanguarda.

Palavras-chave: Eglê Malheiros. Micro-história. Trajetória social. Perfil social.

Introdução

O presente estudo intenta compreender a trajetória social de uma mulher que com uma origem social favorecida, teve acesso a instituições educativas de boa qualidade como os Colégios Coração de Jesus de Florianópolis, Americano em Porto Alegre e Bom Jesus em Joinville; estímulo à leitura por parte de seu avô materno e, principalmente, de sua mãe e acúmulo considerável de capital cultural, tanto objetivado quanto institucionalizado. Além

¹ Este estudo faz parte da pesquisa em andamento, intitulada: “Eglê Malheiros: trajetória social e prática docente no Colégio Estadual Dias Velho (Florianópolis, 1947/64)”, vinculada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

² Aluna regular do Programa de Pós Graduação/ Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/2011), linha de pesquisa História e Historiografia da educação, sob orientação do Professor Dr. Norberto Dallabrida.

³ Doutor em História Social pela USP e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁴ Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

disso, foi militante comunista atuando como membro do PCB e no movimento modernista, ajudou a fundar e foi integrante do Círculo de Arte Moderna mais conhecido como Grupo Sul. Eglê Malheiros foi a única mulher da turma de Direito no ano de 1947 na Faculdade de Direito de Florianópolis e escolheu ser professora de História no então Colégio Estadual Dias Velho.

Pensar este caso particular, na sua complexidade, como um problema historiográfico, implica reduzir a escala de análise e, microscopicamente, priorizar o sujeito. Esta “abordagem micro” realizada através de uma operação “que tenta capturar o mais minuciosamente possível os traços mais distintivos de uma trajetória” (ESPADA LIMA, 2006, 146), emerge no contexto das décadas finais do século XX, quando no Brasil, o campo da História alarga suas fronteiras, volta-se para diferentes objetos de estudo, indica “novos” sujeitos históricos e reinventa fontes e técnicas para realizar a atividade investigativa. À luz de concepções teóricas que interligam várias áreas, tem origem um novo padrão de produção historiográfica no qual, o subcampo da História da Educação, envolvido pelas abordagens historiográficas da História Cultural e da Micro-história, inspiradas no movimento que se convencionou chamar de “Nova História”, direciona as lentes do pesquisador para as micro-análises. De acordo com Revel (1998, p. 20)

o recurso à micro-análise deve, em primeiro lugar, ser entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita, ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço “macro”.

Espada Lima (2006, p. 369) afirma que “a redução de escala, enquanto construção experimental do objeto de investigação poderia fazer ver relações e sentidos que permaneceriam ocultos sob o olhar homogeneizador da ‘macro-história’”, este recurso possibilita tanto a revisão crítica dos procedimentos e instrumentos da análise sócio-histórica quanto a ruptura com hábitos adquiridos, ao passar de uma abordagem macro para uma abordagem micro-analítica voltada para as singularidades, para o sujeito percebido nas suas relações com o outro. De acordo com Elias (1994, p. 104) “A estrutura e a forma do comportamento de um indivíduo dependem da estrutura de suas relações com os outros indivíduos”, neste sentido, a “abordagem microscópica” propõe-se a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis, focando em temas deixados à margem, quer pela história convencional apegada aos grandes personagens e eventos ou pela história social dedicada às estruturas sócio-econômicas das grandes totalidades (VAINFAS, 2002, p. 105).

Sem deixar de considerar as estruturas estabelecidas pela História Geral, esta abordagem tem como foco objetos específicos e a partir dela, o pesquisador desenvolve uma delimitação temática extremamente exclusiva em questão de tempo e espaço, Pesavento (2005, p. 72) afirma que esta abordagem “realiza uma redução da escala de análise, seguida da exploração intensiva de um objeto de talhe limitado” e de acordo com Chartier (1994, p. 102), os objetos de investigação de interesse dos historiadores não seriam mais somente “as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos”.

A emergência da abordagem microscópica no campo da pesquisa histórica vem acompanhada da ênfase no uso da análise qualitativa e dos depoimentos. Para este tipo de atividade investigativa, as entrevistas são consideradas relevantes recursos de análise. Este movimento ultrapassa o estágio apontado por Ferreira e Amado (2006, p. xxii), para quem entre as décadas de 60 e 70 do século XX, o campo da historiografia, em caráter mundial, esteve imerso na valorização de análises estruturais e dos processos de longa duração, desvalorizando assim, os estudos dos protagonistas individuais e dos fatos históricos singulares. Neste contexto, o processo investigativo pautava-se no uso das fontes seriais e das técnicas quantitativas e condenava a subjetividade da abordagem qualitativa, dos relatos, das biografias, dos testemunhos orais. Justamente o que fundamentará este estudo que à luz da perspectiva micro-histórica, tem por objetivo compreender a trajetória social da professora Eglê Malheiros, a partir do seu próprio discurso apreendido através das entrevistas concedidas.

Lahire (2008, p. 75) afirma que “O entrevistado corre o risco de subestimar (ou de não mencionar) as práticas que percebe como menos legítimas, e de superestimar as práticas que considera mais legítimas”. Portanto, suas falas devem ser percebidas como discursos não-transparentes, as quais devem ser “decodificadas como o resultado de um processo de construção” (LAHIRE, 2008, p. 75), como indícios que quando confrontados tornam possível a reconstrução de uma dada realidade social. Neste sentido, os depoimentos utilizados para a presente reflexão serão considerados “documentos-monumentos”, (monumentos como representantes de vestígios do passado, os quais, quando utilizados como “ferramentas” de pesquisa configuram-se documentos). Compreendidos não como portadores de verdade, mas como construções, de acordo com Le Goff (1994), a operação histórica deve demonstrar a construção do documento-monumento procurando compreender as suas condições sociais de produção.

Neste estudo de cunho sócio-histórico, a concepção de **trajetória social** será compreendida através dos seguintes indicadores: *histórico sócio-econômico e cultural da família de origem*, buscando compreender a origem sócio-familiar de Eglê Malheiros e suas condições e disposições econômicas; os *percursos escolares* empreendidos por ela visando traçá-los a partir da pré-escola até a pós-graduação, levando em consideração as instituições de ensino frequentadas, os cursos escolhidos e as formas de investimento pedagógico; e, por fim, a *carreira profissional* desenvolvida, verificando as escolhas realizadas. Desta forma, pretende-se reconstituir, por meio de indícios, o perfil social de Eglê Malheiros, os lugares sociais por ela ocupados e os capitais necessários para esta ocupação, ou seja, pensar sócio-historicamente um caso particular “em sua ordem de complexidade específica” (LAHIRE, 2008, p. 42).

Esta concepção de trajetória social está fundamentada em Bourdieu, sociólogo francês que, ao analisar os percursos de diferentes grupos sociais, além de considerar a origem social e o capital econômico, criou os conceitos de capital cultural, em três estados (incorporado, objetivado e institucionalizado), e de capital social. De acordo com Bourdieu (1998b), o primeiro é entendido como um conjunto de comportamentos, conhecimentos e certificados adquiridos durante toda a vida e o último como uma rede durável de relações que exige um “trabalho de instauração e manutenção”, que despense tempo, esforços e recursos financeiros, mas, proporciona lucros materiais e simbólicos (BOURDIEU, 1998a, pp. 65-80). Este autor compreende a trajetória social como o conjunto composto pelos seguintes indicadores: origem sócio-familiar, percursos escolares e carreira profissional, os quais se configuram como uma série de posições ocupadas por um agente ao longo da vida. A partir deste autor, pretende-se perceber o quanto a origem sócio-familiar e o acúmulo de capital cultural e social durante sua vivência, condicionou, de forma significativa, a trajetória de Eglê Malheiros.

O texto é estruturado em duas seções, a primeira, versa sobre as heranças de Eglê Malheiros, desde a origem sócio-familiar, considerando-se tanto os indicadores econômicos, quanto as condições culturais, profissionais e sociais em que estava imersa sua família. Além disso, intenta conhecer os percursos escolares vivenciados pela protagonista do estudo, verificando, sobretudo, as formas de investimento pedagógico e de cultura familiar escrita. A segunda seção volta a atenção para as escolhas realizadas por Eglê Malheiros, sobretudo acerca da carreira profissional, na tentativa de verificar em que medida a configuração familiar e a escola estiveram ligadas à escolha pela docência e ao desenvolvimento da sua carreira.

Heranças: origem sócio-familiar de Eglê Malheiros e seus percursos escolares

“Meu avô sempre dizia que era uma riqueza que ninguém podia tirar: a instrução”
(MALHEIROS, 2011b, p. 6).

Eglê da Costa Ávila Malheiros nasceu em Tubarão (SC) em 1928, em uma família de classe média alta. O avô paterno, Antônio Leandro Mendes Malheiros, nascido em Mato Grosso, era oficial do Exército e o avô materno, João Otávio da Costa Ávila, nascido em Lages, era comerciante, enquanto as avós trabalhavam como donas de casa, a materna, Maria Auta Siebert da Costa Ávila, era de Lages e a paterna, Elvira Cunha Malheiros, de Portugal. De acordo com Eglê Malheiros (2011b, p. 1)

(...) o meu avô paterno era oficial do exército, tinha feito a Escola Militar e seguiu carreira no Exército. A minha avó era dona de casa, era alfabetizada, lia, escrevia, mas não tinha curso regular nenhum. O meu avô materno tinha recebido uma educação primária com esses professores de escolinhas no interior de Lages. E ele brincava que o professor perguntava quanto é “8 X 7”? A turma respondia e ele dizia: “Eu vou ver na tabuada, se não estiver certo vocês ficam de castigo” (risos). Mas o meu avô era autodidata, lia muito. Gostava de conversar, ele era comerciante de tecidos, então quando ia ao Rio fazer compras, assistia às conferências, aos concertos, etc. E a minha avó materna que morreu muito cedo, com trinta e poucos anos, tinha sido alfabetizada em casa e não tinha curso regular como era comum com as mulheres.

De acordo com Eglê Malheiros, com exceção dos primeiros anos de casados, quando tiveram dificuldades financeiras, seus pais ofertaram à sua família, por algum tempo, um bom nível de vida. Em 1932, alguns acontecimentos marcaram sua trajetória, mudou-se com os três irmãos e a mãe, Rita Costa Ávila Malheiros, de Lages para Florianópolis por causa da morte de seu pai, Odílio Cunha Malheiros, que além de advogado era militante da Revolução de 1930 e proprietário de um jornal aliado à Aliança Liberal, ele foi assassinado por questões políticas. A dor da filha fica registrada anos mais tarde no seu “Poema para meu pai⁵”:

Foi bem cedo,
O orvalho era pérola por sôbre a verdura,
Em notas salientes na garganta dos pássaros
Inda dormia a manhã.
Tiraram-te a vida e minha alegria
Eu tinha quatro anos e a infância se acabou.

⁵ MALHEIROS, Eglê. “Poema para meu pai”. In: *Manhã*, Cadernos Sul, Fpolis, 1952, p.03.

Em Florianópolis, viviam com o avô materno numa “casa enorme, com quintal e tudo” até que um incêndio no seu armazém os levou de uma condição confortável para uma situação de “contar dinheiro”, nas suas palavras: “Passamos de uma situação de fartura, de ninguém se preocupar muito com o orçamento, para uma situação de dinheiro curto” (MALHEIROS, 2011b, p. 4-5). Nesta época, além de professora de francês na Academia de Comércio, sua mãe também trabalhava no setor administrativo dos Correios e Telégrafos, sustentava a família garantindo o investimento pedagógico e o ingresso dos filhos em instituições educativas de qualidade.

A figura do avô materno representava a autoridade na configuração familiar, de acordo com a neta ele apenas precisava de um assvio para manifestá-la sem recorrer à violência, a mãe já era mais maleável “às vezes havia palmadas. Mas muito raramente”, os castigos se resumiam a “ficar sem sobremesa, sem o direito de passear” (MALHEIROS, 2011b, p. 5). Lahire (2008, p. 27) afirma que as crianças que vivem em um universo familiar ordenado material e temporalmente adquirem “métodos de organização, estruturas cognitivas ordenadas e predispostas a funcionar como estruturas de ordenação do mundo”.

Mãe e avô acompanhavam as tarefas escolares auxiliando no estudo de Matemática, História e Geografia, e de acordo com Malheiros (2011b, p. 6) “ampliavam o que se ensinava na escola”. Ela afirma que sempre viveu rodeada por livros e que o hábito da leitura era estimulado tanto pelo avô materno, com quem morava sua família, quanto pela mãe que “lia muito, desde garota. E gostava de ler e lia pra gente” (MALHEIROS, 2011a, p.1). Além da leitura, discutia-se a respeito dos significados, das mensagens e dos conteúdos lidos. Além dos livros, a cultura familiar escrita era marcada pelo hábito de escrever cartas e os bilhetes eram importantes meios de comunicação que lembravam as tarefas de cada um. A familiaridade com a leitura em casa, combinada com a reflexão e discussão das narrativas, desempenha um importante papel do ponto de vista do sentido que a criança dará ao texto no universo escolar, segundo Lahire (2008, p. 20)

Quando a criança conhece, ainda que oralmente, histórias escritas lidas por seus pais, ela capitaliza – na relação afetiva com seus pais – estruturas textuais que poderá reinvestir em suas leituras ou nos atos de produção escrita.

A primeira experiência escolar de Eglê Malheiros ocorreu no *Kindergarten*, Jardim de Infância, o qual frequentou por aproximadamente seis meses, sendo matriculada em seguida na primeira série na Escola Alemã, para que aprendesse outro idioma “e, segundo se dizia em casa brincando, para evitar que quando estivesse no meio do pessoal alemão ou descendente

de alemão, a gente não ficasse ‘de lado’ e entendesse do que se tratava” (MALHEIROS, 2011a, p.1). A Escola Alemã era conhecida pela qualidade de ensino associada à disciplina e de acordo com Malheiros (2001a, p. 3)

O curioso da Escola Alemã é que lá no gabinete do Diretor Herr Malkus tinha um retrato grande assim de um cidadão, aí eu estava passando as férias na casa de um tio meu que era médico e ele com um jornal, lendo. Eu olhei assim e disse “ei, esse homem aí eu conheço, tem na mesa do diretor da escola”. Era o Hitler (risos).

Alfabetizada em dois idiomas, desde cedo participava de ambientes politizados e, nas atividades escolares, proferia discursos, “sempre teve participação em movimentos revolucionários e nítidas tendências esquerdistas” (ZIMMERMANN, 1996, p. 16). Considera-se que o acúmulo de capital cultural incorporado de Eglê Malheiros começou ainda em casa, com a herança de saberes distintos, levando em conta a categoria profissional do pai; e o capital cultural institucionalizado foi sendo acumulado durante toda a sua vida escolar, onde ela recebia certificados que lhe conferiam uma cultura específica. Além disso, sua inserção em ambientes sociais diferenciados viria oportunizar, um capital social bastante diferenciado.

Segundo Eglê Malheiros, na sua família, o estudo era fortemente incentivado, e ainda que com certa dificuldade pelo preço a pagar pelo ingresso na instituição - em virtude da situação de “dinheiro contado” já mencionada - com onze anos de idade ela entra no Colégio Coração de Jesus, tradicional estabelecimento de ensino católico de Florianópolis, direcionado para alunas de classes abastadas. “Éramos nós três no Colégio das Irmãs e o meu irmão, o mais moço de todos no Ginásio Catarinense. No Colégio das Irmãs, quando mais de uma criança de uma família que se inscrevia, tinha abatimentos” (MALHEIROS, 2011a, p. 5).

No Colégio Coração de Jesus, precisou assumir uma postura de obediência e aceitação, entretanto, seu hábito de leitura a levou a questionamentos de várias ordens, inclusive religiosas. Eglê Malheiros “devorou” a biblioteca da escola e começou a trocar livros com um vizinho que estudava no Colégio Catarinense. Lia inclusive, histórias em quadrinhos, um “pecado” para a época. Ainda que em casa, não se estimulasse este tipo de leitura, com exceção da *Tico-tico*, considerada uma boa produção, esse tipo de revista não era bem-vinda, principalmente por se considerar que a leitura em quadrinhos impedia o entendimento de um texto bem escrito, como se incapacitasse o leitor de imaginar aquilo que o escritor descrevia já que o cenário e as expressões dos personagens estavam dadas. De acordo com Malheiros (2011a, p. 6)

Lá em casa era considerado uma péssima literatura porque tirava a elegância da frase, a coerência e não sei mais o quê. Não entrava revista em quadrinhos. Havia uns primos em segundo grau, que eram muito amigos nossos e compravam todas as

revistas em quadrinhos que existiam, então pelo menos uma vez por semana eu ia lá visitá-los e pegava aquele monte de revistas em quadrinhos (risos), me punha lá num canto e lia tudo.

No seu percurso ginásial, Eglê Malheiros escrevia discursos que abordavam temas como democracia e eleições e, de acordo com Zimmermann (1996, p. 18), teve censurado um discurso sobre Getúlio Vargas. Alguns dos seus textos escritos nesta época foram publicados anos depois na Revista Sul. Sobre as “experiências de censura” na escola, Eglê Malheiros conta que

Em casa a gente lia o Monteiro Lobato que era um perigo terrível para formação da juventude (risos) e, às vezes, eu falava qualquer coisa que tinha lido... e a professora do pré-ginásial que era um amor de pessoa, Dona Hieronides, ela disse assim: “Eglê, vem cá, por favor não fale essas coisas” (risos), “Não fale porque a diretora não gosta, não fale”. Então, já me pedia discrição (MALHEIROS, 2011a, p. 5).

A perspectiva bourdieusiana considera que, na escola, são impostos aos alunos sistemas de pensamento diferenciais que desenvolvem neles hábitos distintivos, ou seja, predisposições para agirem de acordo com determinados códigos de normas, condutas e valores que os caracteriza como pertencentes a certo grupo ou classe. Bourdieu (2008) sustenta que o *habitus* consiste em um sistema de disposições duradouras e transferíveis, estruturadas e predispostas a funcionar como estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que se incorporam nos indivíduos ao mesmo tempo em que se desenvolvem neles. Percebe-se, no caso estudado, que a vivência na escola e as práticas lá realizadas, deram origem a um *habitus* diferenciado como, por exemplo, o gosto pela leitura, reflexão e escrita.

Eglê Malheiros poderia, amparada pela lei, ter estudado no Colégio Catarinense - instituição privada e católica que atendia jovens de famílias abastadas, em especial, do gênero masculino - mas, na época, essas foram as palavras do Diretor desta escola à sua mãe: “a Senhora vai passar muito trabalho aqui” (MALHEIROS, 2008, p. 19), como sinal do rigor e exigência. Foi assim que, na adolescência, foi para Porto Alegre (RS) morar com seu tio comunista, lá frequentou o curso científico no Colégio Americano que oferecia ensino inovador e progressista e incentivava a sociabilidade, quando, apesar de ser exclusivamente feminino, proporcionava a interação com instituições masculinas. De acordo com Malheiros (2011a, p.8) esta instituição de ensino era bastante semelhante ao Colégio Coração de Jesus, porque muitas professoras “tinham sido ou eram... missionárias na China, em países da

África, etc. E pareciam freiras. Eram freiras sem o uniforme. Só que em vez da religião católica era a metodista”.

Malheiros (2011b, p. 3) afirma que desde pequena “ouvia falar dos assuntos de política, está preso, foi solto, é direito, é errado, discussões, eu achava aquilo coisa corrente, normal” e na época em que morou em Porto Alegre, o contato com o campo literário e intelectual foi intensificado. Lá ela participou do Movimento Estudantil pela redemocratização e sua rotina era marcada por discursos e comícios. Com quinze anos começou a militar pelo PCB. Sobre sua militância ela conta

Quando eu estava em Porto Alegre, num período do final da Guerra, de democratização, o movimento estudantil era muito forte, eu já participava. Mas não era membro do partido porque era menor de idade, mas, tinha atividade política (MALHEIROS, 2008, p. 2).

Em meados de 1945, acabou se mudando para Joinville (SC) e cursando o último ano do colegial no Colégio Bom Jesus, no qual “as turmas de ginásio eram grandes, as de segundo grau eram pequenas, nós éramos seis alunos, três moças, eu e mais duas colegas e três rapazes. Uma turma pequenininha” (MALHEIROS, 2011a, p. 9). Nesta mesma cidade ela foi contratada como professora de um grupo escolar e mesmo trabalhando e estudando conseguia tempo para organizar o comitê municipal do PCB. Em seguida prestou vestibular e ingressou na Faculdade de Direito de Florianópolis, sobre esta questão Malheiros (2008, p. 1) afirma “Fazia Direito. Gostava de História”. Estava feita sua escolha. Em 1947, foi aberto concurso para várias disciplinas no então, Colégio Estadual Dias Velho, ela foi aprovada em primeiro lugar para lecionar a disciplina de História.

Herdeira de uma família de condições sócio-econômicas relativamente favorecidas que valorizava e investia na boa educação, Eglê Malheiros teve acesso a instituições educativas de qualidade, à leitura e a ambientes politizados que contribuíram para sua formação pessoal e intelectual. Filha de um advogado e de uma professora, ela não negou suas raízes, cursou Direito como o pai, mas, escolheu seguir a carreira da mãe ao optar pela docência. A próxima seção intenta compreender a escolha feita por ela e como se deu o desenvolvimento da sua carreira como professora de História.

Escolhas: carreira profissional de Eglê Malheiros

Em casa, se dava muito valor ao magistério. Embora, se tivesse também uma atitude crítica em relação ao que a escola proporcionava. A idéia central era de que o saber constituía uma riqueza que ninguém tira. Desde criança eu ajudava o pessoal na aula, quem não tinha entendido qualquer coisa. Havia colegas que iam lá

em casa, duas ou três vezes na semana, para fazermos juntos as lições de Matemática e realmente eu fico pensando, eu não sei, de repente eu achei que era natural, no último ano do colégio, em Joinville, eu lecionei e quando abriu o concurso para o Instituto eu me inscrevi, era o que eu queria fazer (MALHEIROS, 2011b, p. 9).

Em 1947, Eglê Malheiros, já havia terminado os estudos, voltou para a capital catarinense e continuou suas atividades políticas, passando a atuar como membro efetivo do PCB, partido que nesta época teve decretada sua cassação, o que desencadeou uma enorme perseguição de seus militantes que começaram a se encontrar na clandestinidade. Na sede do partido, em Florianópolis, ela conheceu alguns jovens com as mesmas inquietações que a perturbavam, e deu início a um movimento marcante na história de Florianópolis: “O Modernismo tardou a chegar em Santa Catarina. Foi lá pelos idos de 1940, quando um grupo de jovens ousados resolveu acabar com a mesmice local” (MODERNOS DO SUL, 2004).

Eglê Malheiros, Salim Miguel, Antônio Paladino, Ody Fraga e Silva e Aníbal Nunes Pires criaram, nesta época, o Círculo de Arte Moderna (CAM). Este movimento artístico, segundo Zimmermann (1996, p. 27) “nasceu de uma página de Arte Moderna publicada nos dois últimos números da *Folha da Juventude*, dirigida por Aníbal Nunes Pires”. Com o fim desta última, era preciso um novo veículo para publicar suas ideologias. O CAM ficou conhecido como “Grupo Sul” sendo considerado “na literatura catarinense como um importante movimento que veio sacudir o ambiente literário” (ZIMMERMANN, 1996, p. 2).

Entretanto, influenciado pelo Movimento Modernista, o Grupo Sul não possuía interesses apenas literários, objetivava, na sua essência, “a divulgação da Arte Moderna em suas diversas formas: literatura, teatro, música, cinema, artes plásticas, etc” (JUNKES, 1982, p. 25) e, portanto, buscava a liberdade e criatividade, o respeito ao passado, o combate ao academicismo e ao rigor formal. Além disso, teve como seu expoente máximo a Revista “Sul”, que criada em 1948 publicava entre outras coisas, poemas escritos pela protagonista deste estudo, única integrante do gênero feminino, seus textos refletiam sobre a igualdade social e a justiça, expressando sua ideologia a respeito da arte, política, vida e valores. Segundo Junkes (1982, p. 85):

a maior parte da sua poesia poderia ser caracterizada como de “lirismo social”... seu poema solidariza-se com o homem tragado pela cidade, pela civilização capitalista. Contendo um sufocado grito de revolta, de vingança, denuncia a infância desfeita, a juventude envelhecida por desilusão.

A chácara do avô materno tornou-se ponto de encontro para seu grupo, passavam horas embaixo das árvores discutindo sobre literatura, arte e política. Pode-se afirmar que Eglê Malheiros teve acesso, desde muito cedo, ao que Bourdieu chamaria de capital cultural objetivado, que se concretiza através de suportes materiais e se relaciona à propriedade de objetos culturais que são valorizados, como livros, por exemplo, (BOURDIEU, 1998b, p. 77).

Aos dezenove anos, Eglê Malheiros torna-se a única mulher da turma de Direito na Faculdade de Direito de Florianópolis em 1947, entretanto, como já mencionado, ela cursava Direito, mas, gostava de História, então, escolhe sua carreira prestando concurso para professora de História do então Colégio Estadual Dias Velho, que na época, era a principal instituição pública, mista e gratuita, da capital catarinense, constituída por um corpo docente com professores de diversos posicionamentos políticos, ideológicos e culturais. Sobre seu ingresso nesta instituição, Malheiros (2008, p. 1) conta

o concurso era de prova escrita, oral e prova prática, de dar aula e eu fui classificada em primeiro lugar, a cadeira de História abrangia a história de todos os pontos de vista, História de Santa Catarina, História do Brasil, História Universal. De todas as eras e de todas as épocas.

Em virtude das suas atividades ditas subversivas - como a militância pelo PCB - teve a nomeação ameaçada, entretanto, conseguiu tomar posse e assumir a função docente. Houve pressão sobre o então governador do estado, Aderbal Ramos da Silva, para que nomeasse o segundo colocado em seu lugar, devido à sua postura política, mas, segundo ela própria “ele se negou a fazer isso, se eu tinha tirado o primeiro lugar, o lugar era meu”. Eglê Malheiros conta que um dos membros da banca que a aprovou era um padre jesuíta que pouco tempo depois “deixou a batina” (MALHEIROS, 2008, p. 1).

Entre os anos de 1947 e 64, Eglê Malheiros lecionou a disciplina de História no Colégio Estadual Dias Velho e, de acordo com ela, sua prática docente era diferenciada das demais no que se refere, especialmente, à metodologia. A professora afirma ter calcado sua prática numa perspectiva marxista, ou seja, incentivando a leitura crítica dos textos, assim

Bem, a primeira coisa que eu procurava fazer é que eles encarassem a história como uma forma de conhecimento, de compreensão da sociedade e uma forma prospectiva, quer dizer perspectivas para o futuro. Uma boa parte de professores de história se limitava a adotar um livro. Adotava o livro e mandavam os alunos **decorar** tais trechos. **Outros como eu, se propunham analisar o que estava escrito, fazer crítica, fazer ligação de causa e efeito.** Era comum pedirem para as crianças decorar quais tinham sido os governadores gerais, com a data exata, e não se falava de latifúndio, de monocultura, de pacto colonial, eu já abordava esses tópicos, me baseava muito no Caio Prado Junior (MALHEIROS, 2008, p. 3). *Grifo nosso*

A fundamentação teórica das suas aulas repousava, de forma especial, em Caio Prado Junior, político e historiador brasileiro que desenvolveu obras essenciais para a compreensão do processo de formação histórica do Brasil, além de se destacar como ativista político. De acordo com Eglê Malheiros, ela procurava transformar a sala de aula em um espaço de formação crítica, segundo um ex-aluno dela “Eu aprendi com a professora Eglê Malheiros que uma das formas fundamentais de ensinar Língua Portuguesa era induzir os alunos a lerem e a comentarem o livro de leitura (SILVEIRA, 2010, p. 4). Prova da herança recebida do avô e da mãe com quem a professora, quando criança, praticava a leitura e a discussão de textos. De acordo com Lahire (2008, p. 20) “o fato de ver os pais lendo jornais, revistas ou livros pode dar a esses atos um aspecto ‘natural’ para a criança, cuja identidade social poderá constituir-se sobre tudo através deles”.

A professora afirma que não existiam livros didáticos pautados na perspectiva adotada por ela, e os conteúdos dos livros existentes recebiam suas críticas, pois, os considerava muito factuais e descontextualizados: “A historiografia brasileira tinha coisas muito boas, mas os livros didáticos eram muito ruins. Eram assim, uma lista de datas de nomes e sem contexto (MALHEIROS, 2008, p. 3). Entretanto, admite o uso de alguns livros salientando o estímulo à leitura de outros estilos literários, ela queria que os alunos tivessem ao menos um livro, então, “escolhia o que achava melhorzinho, mas, permitia que os alunos levassem outros livros, eu não obrigava ficar só com aquele. Principalmente para poderem desenvolver um espírito crítico (MALHEIROS, 2008, p. 4).

Silveira (2010, p. 11) afirma que “as aulas dela eram fantásticas. Quando batia o sinal a gente ficava com raiva que a aula tinha terminado”. O desenvolvimento da capacidade crítica dos seus alunos era a principal preocupação da professora Eglê Malheiros que, na sala de aula, expressava o *habitus* da leitura e da reflexão constituído desde os seus primeiros anos ouvindo e discutindo as histórias contadas pelo avô e pela mãe. Uma das ferramentas metodológicas utilizadas por ela era o estudo/interpretação dos mapas, sobre isso ela conta

Usava muitos mapas para eles se situarem e aí então, aconteciam coisas curiosas. Por exemplo, nós estudamos a invasão holandesa em Pernambuco. Eu perguntei a eles se o Calabar agisse hoje seria considerado da mesma maneira. Porque no caso tínhamos duas potências colonizadoras: por causa disso eu tive um processo dentro da Secretaria de Educação, porque segundo a denúncia eu tinha exaltado um traidor. Eu queria que os alunos pensassem, o Brasil independente era uma coisa, o Brasil colônia, outra (MALHEIROS, 2008, p. 3).

A professora afirma que sua prática docente não era aceita por todos e por isso teria sofrido alguns processos administrativos por parte da Secretaria de Educação do Estado de

Santa Catarina, perseguição que teve seu auge em 1964, quando foi presa pelo regime militar, passou algum tempo no Hospital Militar e durante cinquenta dias, foi mantida em cárcere domiciliar. Só voltou a lecionar com a anistia política em 1979 (ZIMMERMANN, 1996, p. 122). Casada com Salim Miguel desde 1952, empenhou seus esforços na carreira docente lutando pela melhoria da qualidade da escola. Poliglota, no período em que ficou afastada da escola, dedicou-se a tradução de textos em inglês, francês, alemão, espanhol e italiano. No Rio de Janeiro, cidade para onde se mudou, participou, ao lado do marido, da equipe de redação da Revista *Ficção*. Foi diretora-secretária da Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil, é mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e vencedora do Prêmio Personalidade Cultural de 1994 pela União Brasileira de Escritores.

Eglê Malheiros foi militante comunista, escreveu sobre igualdade e liberdade e em sua prática docente, ocupou-se do desenvolvimento da capacidade crítica. Considera-se que seu contato precoce com a literatura e com a política foi condicionante na trajetória sócio-profissional. A veia esquerdista e a integração aos movimentos comunista e modernista revelam seu desejo utópico de mudar o mundo através da prática: “Sou uma trabalhadora intelectual e considero que vale à pena lutar para que o mundo fique melhor” (MIGUEL; MALHEIROS, 2011). A docência surge como um instrumento de luta e a sala de aula como um espaço de militância político/ideológica, sobre sua carreira, ela afirma

(...) quando eu olho para trás acho que não podia ter sido diferente, eu não seria eu se não tivesse sido professora e lidado com todas essas pessoas e recebo até hoje um pagamento pelo que fiz, é quando na rua me param, uma senhora ou um senhor e diz: “Olha eu já fui seu aluno ou sua aluna e não me esqueço das suas aulas”. Então, isso aí compensa tudo (MALHEIROS, 2011a, p. 23).

Considerações Finais

Este estudo, parte integrante de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, teve como objetivo pensar acerca da complexidade de um caso singular, como um problema historiográfico. As lentes de investigação focaram a trajetória social de Eglê Malheiros, catarinense, herdeira de uma família relativamente favorecida no que diz respeito à questão financeira, ela estudou em instituições educativas de qualidade, foi modernista, militante comunista, Bacharel em Direito e escolheu ser professora de História.

A concepção de trajetória social foi compreendida a partir da origem sócio-familiar - atentando para o *habitus* primário constituído no ambiente doméstico -; dos percursos

escolares - levando em conta as formas de investimento pedagógico e a escolha das instituições educativas - e, finalmente, da carreira profissional - verificando as escolhas feitas no campo do trabalho pela protagonista deste estudo. Estes indicadores se revelam como uma série de posições ocupadas por Eglê Malheiros ao longo da sua vida.

O hábito da leitura combinada com a reflexão sobre os textos constituiu-se uma prática comum em casa e foi reforçado no universo escolar, aluna das instituições educativas de mais prestígio da época, estabeleceu, desde muito cedo, uma relação estreita com o mundo intelectual e político. Com a adolescência marcada pela militância pelo PCB e pela sua inserção no Círculo de Arte Moderna, ocupou lugares que contribuíram para o acúmulo de capital cultural, simbólico e social.

Em 1947, aos dezenove anos, era a única representante do gênero feminino na faculdade de Direito de Florianópolis e por gostar de História, resolveu prestar concurso para ser professora. Lecionou no Colégio Estadual Dias Velho por dezessete anos até ser afastada da sala de aula acusada de práticas subversivas, sendo presa durante o regime militar. De acordo com suas palavras, durante o tempo em que lecionou, Eglê Malheiros apropriou-se do currículo prescrito para o ensino de História de uma forma distinta, em relação à maior parte do corpo docente. O capital cultural acumulado e o *habitus* constituído ao longo do seu percurso escolar e militante fizeram a professora escolher a perspectiva marxista como seu aporte teórico-metodológico, mais uma marca distintiva na trajetória desta profissional.

Este estudo de cunho sócio-histórico intentou contribuir para as tendências atuais de pesquisa no campo da Historiografia e no subcampo da História da educação, no sentido de que direcionou suas lentes para a micro-história de um sujeito e sua trajetória social, o que implica refletir acerca da maneira singular com que Eglê Malheiros percorreu o espaço social em determinado contexto e das formas pelas quais ela expressou as disposições do *habitus* constituído e ocupou diferentes lugares sociais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b.

_____. PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Apresentação. IN: _____. **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JUNKES, Lauro. **Aníbal Nunes Pires e o Grupo Sul.** Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Lunardelli, 1982.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares: as razões do improvável.** Tradução: Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: **História e memória.** Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MALHEIROS, Eglê. **Entrevista concedida a Maristela da Rosa.** Florianópolis, 21 de novembro de 2011b.

_____. **Entrevista concedida a Norberto Dallabrida.** Florianópolis, 20 de julho de 2011a.

_____. **Entrevista concedida a Norberto Dallabrida.** Florianópolis, 10 de junho de 2008.

MODERNOS DO SUL. Direção e roteiro de Kátia Klock. Direção de Produção Mauricio Venturi. Produção de Ieda Beck. Florianópolis: Contraponto TV, 2004. 1 Documentário em DVD (52 minutos), NTSC, Português, Audio Dolby Digital 2.0.

MIGUEL, Salim; MALHEIROS, Eglê. Salim e Eglê: Um caso de sucesso amoroso-literário... **Escritores do Sul.** Disponível em http://www.escritoresdosul.com.br/01/136/1902/entrevista/16/lwb/salim_e_egle:_um_caso_de_sucesso_amoroso-literario....html Acesso em 11 de julho de 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SILVEIRA, Luiz Henrique. **Entrevista concedida a Norberto Dallabrida**. Florianópolis, 6 de maio de 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ZIMMERMANN, Joseane. **Ao Sul dos Desejos – A cidade transfigurada na poesia de Eglê Malheiros**. Florianópolis, 1996. 133p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.